



## **ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONSTRUCTO TEÓRICO DE AMARTYA SEN**

**PRICILA CARDOSO BORBA**

Universidade do Sul de Santa Catarina

[pricilaborba@hotmail.com](mailto:pricilaborba@hotmail.com)

**SIBELI CARDOSO BORBA MACHADO**

Universidade do Sul de Santa Catarina

[sibeborba@hotmail.com](mailto:sibeborba@hotmail.com)

**NEI ANTÔNIO NUNES**

Universidade do Sul de Santa Catarina

[neinunes1969@gmail.com](mailto:neinunes1969@gmail.com)

**SILVIO ANTÔNIO FERRAZ CARIO**

Universidade Federal de Santa Catarina

[fecario@yahoo.com.br](mailto:fecario@yahoo.com.br)

**ANDRÉ LUÍS DA SILVA LEITE**

Universidade Federal de Santa Catarina

[andre.leite@live.com](mailto:andre.leite@live.com)

**CLARISSA CARNEIRO MUSSI**

Universidade do Sul de Santa Catarina

[mussi.clarissa@gmail.com](mailto:mussi.clarissa@gmail.com)

### **RESUMO**

O objetivo da pesquisa consiste em refletir sobre as incumbências do ensino superior no desenvolvimento individual e coletivo dos sujeitos. Na discussão da noção de desenvolvimento utiliza-se a Teoria do Desenvolvimento como Liberdade, de Amartya Sen. Caracteriza-se como um estudo teórico apoiado num conjunto de artigos selecionados a partir da metodologia *ProKnow-C*. Ao considerar o Desenvolvimento como Liberdade explora-se a relevância do ensino superior não somente como instrumento para a expansão da liberdade humana, mas, também, como um recurso que permite ao indivíduo uma transformação desejável. Nessa perspectiva, a construção de capacidades busca melhorar a condição humana, focalizando a condição de agente do processo de desenvolvimento. Faz-se necessário a busca por informações que possam contribuir à tomada de decisões, bem como, a elaboração de políticas que favoreçam a ampliação das capacidades humanas. Tal compreensão revela elementos importantes para a tomada de decisões políticas, econômicas, culturais e sociais.

**Palavras chave:** Universidades; Ensino Superior; Desenvolvimento como Liberdade; Amartya Sen; Políticas Públicas.

## 1. INTRODUÇÃO

A relação entre o ensino superior e seu papel no desenvolvimento é um debate ainda recente. Num contexto mundial, foi apenas após a crise dos anos de 1970 que as instituições de ensino superior (IES) e as instituições de pesquisa entraram como elementos de preocupação das políticas públicas. (GOLDSTEIN; GLASER, 2012)

A rápida expansão das IES foi seguida pelo surgimento de novos papéis e responsabilidades. A tradição de longa data destas instituições, tratadas como locais de reclusão privilegiada e separação das realidades práticas de suas regiões, foi substituída por perspectivas mais propositadas daqueles que esperam um retorno mais direto sobre o seu investimento. (HARRISON; TUROK, 2017)

A problemática atual revela-se, no entanto, num processo de reflexão sobre as novas incumbências do ensino superior no desenvolvimento. A literatura existente que conduz a pesquisa é recente e vasta e, apresenta na generalidade dos casos, uma visão compartimentada das potenciais contribuições geradas pelo ensino superior à sociedade. (CERVANTES, 2017; WALKER, 2018; BENNEWORTH; NIETH, 2017; HOFF; PEREIRA; DE PAULA, 2017; TRIPPL; SINOZIC; SMITH, 2015; MARQUES; MORGAN; HEALY; VALLANCE, 2019; COMPAGNUCCI; SPIGARELLI, 2020)

Em termos gerais, há um amplo consenso entre economistas, educadores, formuladores de políticas e opinião pública sobre o impacto positivo geral que o ensino superior tem sobre o desenvolvimento e, em uma perspectiva mais ampla, sobre o bem-estar humano nas escalas local, regional e nacional.

Goldstein; Glaser (2012) pontuam mudanças estruturais e funcionais notáveis nas IES, estimuladas pela ampliação de suas atribuições. Para os autores, faz-se necessário um novo modelo de ambiente que fomente o conhecimento e a geração de ideias inovadoras capazes de contribuir ativamente no desenvolvimento da sociedade. De modo geral, este processo tem sido baseado, principalmente, na adição de uma gama de atividades de transferência de conhecimento (não-estritamente) e orientadas ao mercado, conhecidas como “terceira missão” da universidade, às áreas tradicionais de ensino e pesquisa. (KARLSEN, 2005)

Ensino e pesquisa não são os únicos compromissos desempenhados pelas IES. Karlsen (2005) afirma que elas geram efeitos econômicos regionais diretos do investimento de infraestrutura, renda tributária, consumo, investimentos empresariais com efeitos multiplicadores na economia. Além dos efeitos econômicos, o autor destaca os efeitos sociais e culturais específicos da região.

A literatura também aponta que as IES podem responder ao desenvolvimento do capital humano de várias maneiras (CHARLES, 2006; GUNASEKARA, 2004; OECD, 2007). Elas podem ampliar o acesso ao ensino superior, especialmente de áreas remotas, além de atraírem talentos para a região e ajudar a retê-los e desenvolvê-los. As capacitações são o elemento-chave do ensino superior, representando assim o conjunto de oportunidades que uma pessoa tem de desfrutar de suas liberdades efetivas. Desta maneira, possibilita a eliminação das privações humanas, que impedem os indivíduos de viverem uma vida plena. (SEN, 2011)

Sen (2010) aponta outra contribuição do ensino superior, referindo-se à formação de agente dos indivíduos, baseado na participação ativa dos atores sociais nas ações econômicas, sociais e políticas ocorridas em seu território e na oportunidade de ocasionar mudanças e realizações de acordo com seus próprios valores e objetivos.

Como definição, o desenvolvimento aqui é tratado como um processo “localizado de troca social sustentada que tem como finalidade última o progresso da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela” (BOISIER, 1996, p. 10). Tal processo envolve, além das transformações sociais, as oportunidades geradas aos indivíduos, com foco na qualidade de vida e nas privações de liberdade que limitam suas escolhas.

Para tanto, de acordo com a teoria do Desenvolvimento como Liberdade do economista Amartya Sen, é possível a compreensão do desenvolvimento como um complexo processo que envolve, além da consecução de rendas, a afirmação das liberdades substantivas e das capacidades; estas últimas a intervir na qualidade de vida dos indivíduos e no modelo social instaurado. Neste sentido, a liberdade, ao influenciar na qualidade de vida das pessoas, não deixa de ser uma forma de riqueza.

Na Abordagem das Capacitações de Amartya Sen, o objetivo básico do desenvolvimento é no sentido de alargar as liberdades humanas; apenas assim as pessoas interferirão nas decisões capazes de afetar suas vidas e garantir seus direitos (VEIGA, 2010). As capacidades que os indivíduos podem ter, bem como, suas escolhas são potencialmente infinitas, embora variem muito conforme a pessoa.

Diante das perspectivas impostas, há de se discutir e pesquisar, portanto, sobre os aspectos e as características do Desenvolvimento como Liberdade (WALKER, 2010). Parte-se da premissa que ele está diretamente relacionado ao nível de suporte educacional presente em uma região, e que as desigualdades regionais estão de acordo com os índices educacionais.

Um dos fatores que justificam a escolha teórica do Desenvolvimento como Liberdade é a ênfase dada ao indivíduo em relação às suas escolhas e enquanto ser social frente a contexto de privações. Para Sen (2010) é por meio da percepção destes enquanto atores sociais que as transformações se tornam possíveis, uma vez que os indivíduos (ou grupos), diante de um leque de oportunidades e a partir de suas capacitações, conseguem agir para estabelecer funcionamentos desejáveis ou para manter determinada condição de vida. E, neste contexto, a IES oferece suas contribuições.

A contribuição central deste estudo, de cunho teórico, é servir de suporte para uma reflexão sobre o desenvolvimento considerando-se as liberdades dos indivíduos e a expansão das capacidades das pessoas por meio do ensino superior. Discutir a respeito do desenvolvimento é fomentar uma agenda social justificável e necessária. Dispor-se a debatê-lo e trazê-lo à tona sob uma nova abordagem e novas problemáticas de análise possibilitam traçar relevantes aspectos interpretativos. Ressalta-se que as capacidades podem expandir por meio de políticas públicas e, por outro lado, a direção destas pode ser influenciada pela capacidade participativa da sociedade.

O artigo inicialmente analisará o ensino superior como agente do desenvolvimento. A seguir, é explorada a temática do Desenvolvimento como Liberdade a partir da perspectiva de Amartya Sen e da Abordagem das Capacitações. Por fim, são apresentadas a metodologia do estudo e as considerações finais.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 ENSINO SUPERIOR**

No que concerne ao ensino superior e às atividades principais das IES, está a da promoção e melhoria dos índices de educação da sociedade e, como consequência, espera-se que o capital humano nelas formado e qualificado possa contribuir na atividade econômica da região onde se inserem. Conforme Caldarelli et al. (2015), as IES podem ser consideradas como importante transmissor em termos de educação, cultura, saúde, bem-estar e fatores econômicos, para tanto é fundamental que estejam inseridas de maneira efetiva nas regiões em que pertencem.

Os papéis tradicionais das universidades as colocaram em situação de destaque. Todavia, sua posição na sociedade tem sofrido transformações (KARLSEN, 2005), na medida em que se requer muito além de capital humano qualificado. As universidades aparecem como agentes importantes do desenvolvimento e, por muitos, passou a ser considerado seu

novo papel. Em uma definição mais ampla da “terceira missão”, espera-se que as universidades se engajem nos processos de deliberação e tomada de decisões sociais e societárias de sua região. (CHATTERTON; GODDARD, 2000; BREZNITZ E FELDMAN, 2012; CERVANTES, 2017)

Uma das razões pela qual as IES são importantes é que elas contribuem para o desenvolvimento local por meio das chamadas atividades da “terceira missão” ou “envolvimento da comunidade” (CERVANTES, 2017). A terceira missão é um conceito amplo que agrupa os conceitos das atividades empreendedoras e comerciais das IES, sua relevância social e cultural e a transferência de conhecimento. O termo é geralmente usado na política de ciência e inovação para capturar atividades de troca de conhecimento; na comunidade educacional, o termo é utilizado com mais frequência para se referir ao papel que as IES desempenham em sua comunidade. (CERVANTES, 2017)

As atividades da terceira missão incluem, mas não estão limitadas a: engajamento informal com a indústria; atividades de consultoria e assessoria de acadêmicos; insumos para formulação de políticas públicas; apoio ao empreendedorismo entre estudantes e pesquisadores; exploração dos resultados da atividade de pesquisa; a criação de ligações entre universidades e escolas profissionais; contribuição para a interação com a comunidade. (CERVANTES, 2017; TRIPPL; SINOZIC; SMITH, 2015)

As IES revelam o interesse de estarem sintonizadas com as questões locais ao formar uma rede de cooperação que propicie a interação entre os agentes do desenvolvimento, de maneira a adotar um comportamento cooperativo e facilitar as ações coordenadas e baseadas na confiança. Etzkowitz; Leydesdorff (2000) denominaram esse modelo de Tríplice-Hélice, que permite elevar o compromisso das universidades no que tange ao fluxo de conhecimento e a contribuição para a inovação em regiões onde se apresentam políticas inovadoras.

Sen (2010) considera a difusão do conhecimento produzido pelas IES como fator relevante na contribuição das instituições de ensino para o desenvolvimento. Citam-se o Empreendedorismo Universitário (CLARK, 1998; ETZKOWITZ, 2014; SMITH; BAGCHISEN, 2012), os Sistemas Regionais de Inovação (SRI) (BOUCHER; CONWAY; VAN DER MEER, 2003; COOKE; HEIDENREICH; BRACZYK, 2004; TRIPPL; SINOZIC; SMITH, 2015; UYARRA, 2010), Rede de Parceiros (MARQUES et al., 2019), Hub de Conhecimento (YOUTIE; SHAPIRA, 2008), Rede de Produção de Conhecimento, “Modo 2” (GIBBONS et al., 1994; NOWOTNY; SCOTT; GIBBONS, 2001) e o Modelo Universidade Engajada (CHATTERTON; GODDARD, 2000; GUNASEKARA, 2006; UYARRA, 2010) como conceitos que fornecem uma estrutura para se analisar as contribuições do ensino superior para o desenvolvimento (TRIPPL; SINOZIC; SMITH, 2015).

Além de seu papel de fonte crítica de conhecimento e atividades de aprendizado, as universidades fornecem também uma infraestrutura de suporte essencial para atividades de pesquisa e inovação. Garlick (1998) sugere que esse papel é extremamente importante, especialmente durante períodos de reestruturação econômica.

Assim, espera-se das universidades o cumprimento da sua missão tradicional (ensino e pesquisa) e, além disso, gerar contribuições econômicas, sociais e culturais à sociedade. O que ainda se faz escasso na literatura, entretanto, é um entendimento preciso das contribuições das instituições de ensino superior para o desenvolvimento regional, às vezes chamado de atividades de terceiro fluxo, instigando pesquisadores a se envolverem com estudos empíricos servindo de subsídios para a temática. (ARBO E BENNEWORTH, 2007)

Notório ressaltar que nos últimos anos, houve um movimento da política de desenvolvimento regional focando no crescimento endógeno baseado no conhecimento, sendo as instituições de ensino superior consideradas agentes centrais em regiões de aprendizagem (BOUCHER; CONWAY; VAN DER MEER, 2003; DRUCKER; GOLDSTEIN, 2007; CHARLES, 2006; KEANE; ALLISON, 1999), que reconhecem o conhecimento como um

recurso fundamental para a economia e a aprendizagem. Autonomia, participação na governança, natureza da relação do financiamento, poderes, direitos e ativos da universidade (KEANE; ALLISON, 1999) são identificados como características necessárias para que haja efetivamente a colaboração delas com o desenvolvimento das regiões. Charles (2006) também aponta como requisito mínimo para tal objetivo, a vontade e a capacidade organizacional da IES em querer se envolver com sua região. Deve-se levar em conta a percepção delas sobre o que constitui a comunidade local (CHATTERTON; GODDARD, 2000).

Chatterton e Goddard (2000) contribuem com o estudo indicando que uma série de tendências está convergindo diante das novas missões e incumbências das IES no desenvolvimento: a Universidade Cívica, que direciona atenção à gestão interna e às tensões liderança; o Patenteamento Universitário, por meio de spin-offs ou licenciamento; e, o Capital Humano (staff, estudantes e graduados) como o principal estímulo à inovação.

Tratando-se do Desenvolvimento como Liberdade, as universidades possibilitam maior liberdade aos indivíduos pertencentes a ela, à medida que fornecem meios de proporcionar escolhas, de buscar novos objetivos e terem melhores oportunidades. Diante dessa perspectiva, aponta-se a relevância da educação como forma de igualar ou equiparar as disparidades sociais, bem como, possibilidades aos sujeitos de terem meios para alcançarem as oportunidades reais de vida. (SEN, 2011)

## 2.2 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

O modelo de desenvolvimento baseado no alcance de um nível de desempenho do ensino superior associado a investimentos em ciência e tecnologia contribui para que as regiões se tornem mais competitivas (CHARLES, 2006; CHATTERTON; GODDARD, 2000; UYARRA, 2010), com melhor nível de qualidade de vida e condições socioeconômicas. Além disso, as IES também influenciam o ambiente cultural local, a formação de lideranças e a formulação de visão estratégica sobre os condicionantes econômicos da região (GODDARD; CHATTERTON, 2000; DRUCKER; GOLDSTEIN, 2007 GUNASEKARA, 2006; UYARRA, 2010). Para esses autores, todos esses aspectos fazem parte do desenvolvimento.

No que diz respeito ao desenvolvimento, importam as relações sociais, as estratégias de integração e um planejamento que leve em consideração um contexto específico, que se aliam por concentrar características similares, de modo a provocarem transformações sociais, culturais, humanas, ambientais e econômicas na sociedade (SEN, 2010; VÁZQUEZ BARQUERO, 2001; XAVIER et al., 2013). Assim, essas idiosincrasias devem ser levadas em conta pelas IES.

O conceito de desenvolvimento adotado neste estudo, é o que o define como um fenômeno de natureza social (CONTERATO; FILLIPI, 2009) marcado pela controvérsia quanto às suas formas de concepção e de aferimento. Isso se deve basicamente ao fato de que o desenvolvimento só existe como tal na medida em que passa a ser percebido como uma situação que promove mudanças em determinada coletividade humana. Tais mudanças são oriundas das ações individuais e coletivas que podem produzir impactos positivos em seus meios de vida. Todavia, nem sempre as ações promovem a melhoria da qualidade de vida de todos.

Percebe-se que, a partir das décadas de 1980 e 1990, os modelos de desenvolvimento estritamente fundados nos critérios econômicos convencionais eram insuficientes para explicar a mudança social, como também, passou-se a dar maior atenção aos sujeitos sociais e às suas capacidades de alterar os padrões institucionalizados. Muitas das novas abordagens do desenvolvimento voltaram-se à compreensão do modo como as pessoas veem seu lugar no

mundo e procuram construir alternativas para viabilizar a vida que elas mesmas julgam adequada. (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

Todavia, o conceito de desenvolvimento é algo em construção. O sentido do termo muito se alargou e hoje existe um reconhecimento alicerçado de que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento, perspectiva defendida pela abordagem economicista. (CERVANTES, 2017; WALKER, 2018)

Para que haja desenvolvimento é preciso mais que bons resultados econômicos e outras dimensões, como a humana, a social e a ambiental, é preciso também avançar para que de fato se tenha desenvolvimento. Neste sentido, busca-se no estudo compreender melhor a interpretação que concebe o desenvolvimento como alargamento das capacidades humanas, definido por Amartya Sen de Desenvolvimento como Liberdade.

O Desenvolvimento como Liberdade considera o indivíduo como fim em si mesmo que utiliza os meios a que tem acesso para ser e fazer (*being and doing*) os funcionamentos que considera de maior valor para si. A união dos diversos funcionamentos forma o conjunto capacitário, o qual corresponde à liberdade de escolha. A proposta de Sen (2010) é de que para o desenvolvimento humano ocorrer deve haver a expansão das capacitações, isto é, a ampliação das liberdades individuais.

A habilidade para exercer a liberdade é dependente da educação, tendo-se como foco neste estudo as contribuições do ensino superior para o desenvolvimento. Objetiva-se considerar uma concepção de desenvolvimento que possa servir de impulso para o estabelecimento de melhores condições de vida ou ambientes mais propícios para uma vida mais saudável e bem vivida.

Na abordagem das capacidades humanas defendida por Sen, não há uma definição acabada para o termo desenvolvimento. Entretanto, é possível uma compreensão deste termo, por meio de uma reflexão sobre um conjunto de afirmações:

O desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam [...]. É por causa dessas interconexões (entre as liberdades de diferentes tipos) que a livre e sustentável condição de agente (*agency*) emerge como o principal motor do desenvolvimento. [...] Uma concepção adequada do desenvolvimento tem de ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. (SEN, 2010, p. 16-18)

O conjunto de caracterizações chama atenção para certos aspectos relevantes do conceito seniano de desenvolvimento e que apontam para o que o autor considera o núcleo do significado desse termo. As mesmas sugerem que o desenvolvimento é o aumento da capacidade que tem a pessoa humana de atingir o seu fim último, o seu bem, a sua felicidade. No contexto da Abordagem das Capacitações, o termo desenvolvimento denota um processo complexo, cujos fins devem ser as pessoas mesmas, com os seus almejados objetivos, estilos e qualidades de vida. (PINHEIRO, 2012)

O fim último do desenvolvimento, o bem das pessoas, é associado à liberdade, isto é, à potência pessoal de conseguir a vida que se deseja racionalmente. Nesse sentido, a liberdade é pensada positivamente como poder, autonomia e autodeterminação do agente, bem como, colocada no centro da abordagem do Desenvolvimento como Liberdade (SEN, 2010), desempenhando um duplo papel avaliativo-constitutivo e causal-instrumental no processo de desenvolvimento. (PINHEIRO, 2012)

Além da noção de liberdade, em um sentido abstrato, o desenvolvimento se associa também às liberdades concretas das pessoas. Fala-se de liberdades (no plural), com referência aos diversos objetos e estados específicos ao alcance das pessoas. Assim, pode-se falar da

“liberdade de adquirir bens/serviços”, “liberdade de ser saudável”, “liberdade de não ser sujeito à morte prematura”, etc. Segundo Pinheiro (2012), há indícios que o conceito seniano de liberdade se aplica não apenas a um sentido descritivo (a objetos, processos, estados de coisas no mundo), mas também a um sentido prescritivo (a normas, leis, regras).

Entende-se que o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Ao se expandir liberdades se tem razão para “valorizar não só o que torna a vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo” (SEN, 2010, p. 29).

Os saldos do desenvolvimento melhoram não somente a qualidade de vida, como também as habilidades produtivas das pessoas e o crescimento econômico de base compartilhada. Assim, desvia-se o foco das ações voltadas para os fins ou resultados, materializados em variáveis como renda, posse de bens ou capitais, para privilegiar o aprimoramento dos meios e modos de que os indivíduos dispõem para lidar com as adversidades dos contextos em que vivem, com os riscos sociais e as incertezas. (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016)

As liberdades não são apenas o fim primordial do desenvolvimento, contam-se também entre os meios principais. As liberdades políticas ajudam a promover a segurança econômica, as oportunidades sociais (serviços de educação e de saúde) facilitam a participação econômica, os dispositivos econômicos (oportunidade de participar no comércio e na produção) podem ajudar a gerar tanto a riqueza pessoal como os recursos públicos destinados a serviços sociais. As liberdades de diferentes espécies podem reforçar-se umas às outras. (SEN, 2010)

Deve-se reconhecer que a liberdade é um componente importante e tem dois motivadores: a avaliação e a eficácia (SEN, 2010). Na visão do autor, a primeira motivação é a razão avaliatória para concentrar-se na liberdade, assim o processo do ser humano depende se houve ou não aumento de liberdade (com base na remoção das privações de liberdade). Já a segunda é a razão da eficácia, assim, observa-se as relações empíricas relevantes (ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo). Nesse sentido, ele aborda a condição de agente, ou seja, o indivíduo como membro do público e participante de ações econômicas, sociais e políticas.

Sen fundamenta esse ponto com base na importância da participação cidadã com vistas à garantia dos interesses públicos na tomada de decisões governamentais. E interessa a este trabalho exatamente o processo de alargamento das capacidades humanas para usufruto não somente particular, mas, sobretudo, para o uso social e comunitário, uma vez que o desenvolvimento é compreendido e desejado como a emancipação do ser humano de si mesmo e das pressões sociais para si mesmo e para a construção de uma realidade melhor. (SEN, 2010)

Na concepção do autor, agente é todo aquele que ocasiona uma mudança no ambiente com a sua ação livre e racional. O agente não se orienta senão por seus “motivos internos” (normas, objetivos, razões, valores etc.). Assim, a condição de agente é a capacidade de ser livre na vida, exercita-se a condição de agente. (PINHEIRO, 2012). Expandir as liberdades dos indivíduos é fomentar e respeitar a sua condição de livre agir com base na razão. No constructo conceitual do Desenvolvimento como Liberdade, o desenvolvimento é um processo que envolve fundamentalmente a condição de agente das pessoas. (SEN, 2010).

Todavia, a condição de agente pode ser limitada por vários fatores externos, como a pobreza, a direção da política pública, a falta de oportunidades econômicas, a exclusão social, a intolerância, a negação de direitos civis etc. Por isso, uma parte importante das políticas de desenvolvimento consiste em identificar e combater fatores como esses, chamados por Sen de fontes de privação das liberdades dos indivíduos. (PINHEIRO, 2012)

Cabe salientar que as diferentes dimensões de privações de liberdade não devem ser entendidas de forma isolada. Sen (2010, p. 23) afirma que “a privatização de liberdade econômica pode gerar a privatização de liberdade social, assim como a privação de liberdade social, ou política pode da mesma forma, gerar privatização de liberdade econômica”.

Neste sentido, a avaliação do desenvolvimento não pode ser dissociada da vida que as pessoas podem levar e da verdadeira liberdade que desfrutam. O desenvolvimento dificilmente pode ser visto apenas com relação ao melhoramento de objetos inanimados de conveniência, como um aumento do PIB (ou da renda pessoal) ou a industrialização – apesar da importância que possam ter como meios para fins reais. Seu valor precisa depender do impacto que ele tem na vida e liberdades das pessoas. (SEN, 2011)

Amartya Sen coloca em foco as liberdades como meios e fins para a promoção do desenvolvimento. Isto quer dizer que tanto o desenvolvimento se define como um processo de expansão das liberdades das pessoas, quanto estas liberdades servem de instrumentos efetivos para o desenvolvimento. Sen (2011) discorre sobre várias liberdades instrumentais que contribuem, direta ou indiretamente, para a liberdade global que os sujeitos têm para viver como desejariam. Cinco tipos distintos de liberdade foram enfatizadas pelo autor: (i) Liberdades Políticas; (ii) Facilidades Econômicas, (iii) Oportunidades Sociais; (iv) Garantias de Transparência e, (v) Segurança Protetora.

A progressiva observância destas cinco liberdades é o caminho apontado por Amartya Sen para se obter o Desenvolvimento como Liberdade. Para Sen (2010), o aprimoramento de cada uma destas áreas tem como reflexo direto o potencial aperfeiçoamento da capacidade de agente das pessoas. Todas elas estão contiguamente conectadas, suplementando-se de forma mútua; sua evolução, evidentemente, não ocorrerá em igual medida, pois as sociedades variam entre si e cada qual possui o seu próprio desafio. (SEN, 2010)

A perspectiva de Amartya (2010), portanto, não privilegia tão somente o desenvolvimento econômico. Ele é uma parte importante para o financiamento das outras liberdades, mas não deve ser tomado como único foco de um governo. Evidencia-se, assim, a necessidade de políticas públicas que possam democratizar o acesso ao ensino superior, expandindo a oferta de vagas para regiões menos favorecidas economicamente e com sujeitos com maiores dificuldades de acesso a essa oportunidade.

Partindo dessa premissa, o processo de desenvolvimento, que ocorre por meio das políticas públicas do Estado, encontra no ensino superior uma possibilidade para se trabalhar essas demandas. Não que ele seja executor do papel do Estado, mas é órgão de extensão de políticas que beneficiam as comunidades, pois utilizam a produção de conhecimento, a troca de saber, as pesquisas, os programas, a formação de capital humano, fazendo com que elas participem e influenciem nos processos histórico e cultural de uma sociedade.

Para tanto, o desenvolvimento aqui proposto vincula-se às oportunidades sociais, as quais os indivíduos têm o direito de gozar, principalmente aquelas ligadas aos processos educacionais e à escolarização formal, que, de certa forma, oportunizam a inserção social e econômica, permitindo aos indivíduos moldar seus próprios destinos e ajudar uns aos outros, o que garante ao território um nível de desenvolvimento sustentado no crescimento qualitativo dos bens e serviços (SEN, 2011). Tem-se como foco a qualidade de vida das pessoas e, portanto, justiça e desenvolvimento, com a defesa da igualdade e da expansão de capacitações.

### **3. METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo teórico, realizado a partir de artigos internacionais com reconhecimento científico, e que compõem um portfólio bibliográfico sobre a temática. Para a seleção da literatura representativa do tema em questão, utilizou-se a metodologia *Knowledge Development Process – Construtivist (Proknow-C)*

(CHAVES *et al.*, 2017; DUTRA *et al.*, 2015; ENSSLIN *et al.*, 2018; LACERDA; ENSSLIN; ENSSLIN, 2012), capaz de contribuir com os pesquisadores na seleção de portfólio bibliográfico e posterior análise bibliométrica. (LACERDA; ENSSLIN; ENSSLIN, 2012)

O processo está estruturado em quatro etapas distintas: (i) seleção de portfólio bibliográfico; (ii) bibliometria; (iii) análise sistêmica; e (iv) formulação de perguntas e objetivos de pesquisa (DUTRA *et al.*, 2015). Ressalta-se que o mesmo leva em consideração os interesses e delimitações dos pesquisadores, conferindo-lhes a capacidade de ajustarem-no conforme suas necessidades.

A Tabela 1 contempla a aplicação do *Proknow-C*, que de forma sintetizada, delinea o processo de formação do portfólio bibliográfico, composto de artigos reconhecidos cientificamente, alinhados e coerentes ao tema de pesquisa.

Tabela 1– Seleção de Portfólio Bibliográfico.

<b>SELEÇÃO DE PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO</b>			
Período: 19/08/2021 a 28/08/2021.			
Tema: Ensino Superior e o Desenvolvimento como Liberdade			
<b>I - ENTRADAS</b>			
DEFINIÇÃO DOS EIXOS DE PESQUISA E PALAVRAS-CHAVE			
<b>1. Ensino Superior</b>	<b>2. Desenvolvimento</b>	<b>3. Tipos</b>	<b>4. Políticas Públicas</b>
Ensino Superior Universidade* Faculdade* Instituições de Ensino	Desenvolvimento Evolução	Liberdade Regional Social Humano Econômico	Políticas Públicas* Política Educacional* Qualificação Social
BASE DE DADOS CONSULTADAS			
<i>Scopus, Scielo e Sumários.org</i>			
COMANDO DE BUSCA			
<i>(“Ensino Superior” OU “Universidade*” OU “Faculdade*” OU “Instituições de Ensino”) E (“Desenvolvimento” OU “Evolução”) E (“Liberdade” OU “Regional” OU “Social” OU “Humano” OU “Econômico”) E (“Políticas Públicas*” OU “Política Educacional*” OU “Qualificação Social”)</i>			
FILTROS (LIMITANTES)			
Publicações no idioma português, somente artigos e artigos de revisão, com limite temporal para as publicações: 2010 a 2021.			
<b>II – FILTRAGENS DOS ARTIGOS</b>			
Banco de Artigos Brutos	<b>543 artigos</b>		
TESTE DE ADERÊNCIA – PALAVRAS-CHAVE			
Leitura dos títulos de cinco artigos selecionados por aderência ao tema, segundo a percepção dos pesquisadores. Verificou-se que as palavras-chave estavam alinhadas ao tema de pesquisa e, por essa razão, não foi necessária a incorporação de novas palavras-chave.			
Filtragem de Artigos Duplicados	<b>519 artigos</b> (Banco de Artigos Brutos não Repetidos)		
Filtragem de Artigos com Títulos Alinhados	<b>203 artigos</b>		
Filtragem de Artigos quanto ao Reconhecimento Científico (Índice de Representatividade 96,02%)	Repositório K: <b>67</b> artigos mais citados. Repositório P: <b>136</b> artigos menos citados.		
Filtragem de Artigos do Repositório K pela aderência dos Resumos	Repositório A: <b>29</b> artigos (artigos não repetidos, com reconhecimento científico e com títulos alinhados ao tema da pesquisa)		
Criação do Banco de Autores do Repositório A	<b>38</b> autores		
Filtragem de Artigos do Repositório P (publicações dos últimos 3 anos e ocorrência de autores em comum do Repositório A)	Repositório B: <b>3</b> (artigos com resumos alinhados ao tema da pesquisa)		
Formação do Repositório C (C = A + B)	<b>30</b> artigos		
Filtragem de Artigos do Repositório C após Leitura Integral	<b>19</b> artigos		
<b>Banco de Artigos do Portfólio Bibliográfico Primário (PBP)</b>	<b>19</b> artigos		

<b>III - SAÍDA</b>	
Referências Bibliográficas citadas nos artigos que compõem o PBP (Referências Totais)	<b>369</b> artigos
Referências Limpas (todos os Eixos)	<b>146</b> artigos
Referências alinhadas ao tema de Pesquisa pelo Título e não repetidas	<b>28</b> artigos
Filtragem de Artigos quanto ao Reconhecimento Científico (Índice de Representatividade 79,81%)	<b>12</b> artigos
Filtragem de Artigos pela aderência dos Resumos	<b>6</b> artigos
Filtragem de Artigos após Leitura Integral	<b>5</b> artigos
<b>Banco de Artigos do PB Final</b>	<b>24</b> artigos

Fonte: Elaborada pelos autores, 2023.

Ressalta-se que não fora objetivo deste estudo realizar a análise bibliométrica dos artigos selecionados.

#### **4. CONSIDERAÇÕES**

As expectativas crescentes depositadas sobre as universidades apontam interesses e engajamento com relação aos seus propósitos externos, priorizando-se seu compromisso com a comunidade, a sociedade civil e o desenvolvimento da região. A sociedade espera do ensino superior mais do que formação profissional. Parece haver uma preocupação com seu papel social, principalmente voltado ao desenvolvimento da região, bem como, às possibilidades geradas aos diferentes grupos pertencentes à sociedade.

O ensino superior é visto como um agente de mudança promovendo a interação humana e construindo confiança e propósito comum entre diversos atores e interesses. As IES “[...] crescem e se desenvolvem não só devido à necessidade de se produzir conhecimento e transmiti-lo às pessoas, mas também visando buscar alternativas de melhoria de vida dos cidadãos e do desenvolvimento da sociedade” (SANTOS, 2013, p.19).

A fim de responder melhor às necessidades sociais, as IES devem se engajar em um diálogo significativo entre as partes interessadas, tornando-se parte do contexto e contribuindo com sua melhoria. Faz-se necessário salientar, portanto, que a responsabilidade das instituições de ensino aumenta no momento que as mesmas criam e concentram conhecimentos essenciais para o desenvolvimento, auxiliando no melhoramento das atividades produtivas.

Nessa perspectiva, as universidades precisam ultrapassar os “muros da universidade”, ou seja, ir além da construção do conhecimento. Afinal, nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do país e da sociedade. (HOFF; PEREIRA; DE PAULA; 2017)

No tocante à noção de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, tornou-se evidentemente contestado em muitos estudos realizados. As mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas nas últimas décadas trouxeram uma infinidade de questionamentos acerca do que seria o desenvolvimento e de que maneira tais concepções influenciariam na qualidade de vida das pessoas.

É neste cenário oportuno que emergem as ideias de Amartya Sen, as quais preconizam o Desenvolvimento como Liberdade por meio da abordagem das capacitações. A abordagem de Sen carrega a ideia de que desenvolvimento está relacionado a uma série de componentes interligados, como facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora. (SEN, 2011)

Além de proporcionar aumentos na produção e na renda, o desenvolvimento deve também remover os principais obstáculos à privação de liberdade, principalmente: a fome, o

acesso à saúde, ao trabalho, ao saneamento básico, a oportunidade de se vestir e morar em local adequado, entre outras.

A escolha de Amartya Sen para a discussão sobre o desenvolvimento se deu em razão do autor ter desenvolvido, ao longo dos últimos anos, profundas reflexões acerca das liberdades humanas como bases do desenvolvimento. Esse economista indiano, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998, colaborou intensamente na criação do Índice de Desenvolvimento Humano, que tem a pretensão de ser uma medida geral e sintética, por mais que amplie a visão de desenvolvimento humano de forma a estimular a leitura do desenvolvimento sob outros aspectos.

Amartya Sen defende que a concepção real de desenvolvimento deve ir além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e de outros indicadores relacionados à renda. O crescimento econômico deve estar atrelado ao desenvolvimento da qualidade de vida e das liberdades desfrutadas pelas pessoas. (SEN, 2011)

Muito embora existam estudos recentes sobre a relação do ensino superior e o desenvolvimento, há uma ausência de trabalhos empíricos sobre a temática, sugerindo-se assim a realização de estudos que favoreçam essa perspectiva. (CERVANTES, 2017; WALKER, 2018; BENNEWORTH; NIETH, 2017; HOFF; PEREIRA; DE PAULA, 2017; TRIPPL; SINOZIC; LAWTON SMITH, 2015; MARQUES; MORGAN; HEALY; VALLANCE, 2019; COMPAGNUCCI; SPIGARELLI, 2020)

Uma abordagem que só toma como base as rendas e recursos de que uma pessoa dispõe para avaliar seu nível de vida, e que não leve em conta informações relevantes sobre a relação entre a renda que se tem e o que realmente se pode realizar a partir dela, é tão útil quanto ineficiente.

Assumir uma nova postura requer um desafio. Inovar revela a importância de conhecer novos pontos de vista, de ângulos e percepções diferentes, sem perder o rigor teórico-metodológico que contribuem para o desenvolvimento da Ciência. Mas, acima de tudo, um novo posicionamento pode dar sua contribuição prática à sociedade. É neste intuito que este estudo se apoia na teoria de Amartya Sen para refletir sobre desenvolvimento.

Entende-se, sobretudo, que a sociedade espera do ensino superior mais do que formação profissional. Parece haver uma preocupação com seu papel social, principalmente voltado ao desenvolvimento, bem como, às possibilidades geradas aos diferentes grupos pertencentes à sociedade. Além disso, a existência de uma boa IES basta, muitas vezes, para transfigurar a vida dos sujeitos de uma região. Por meio do conhecimento que produz e das pessoas que forma, ela irá colaborar ativamente para o progresso material, a melhoria da qualidade de vida e o ambiente cultural. (BOSI, 1998)

Nessa investida, as Instituições de ensino superior precisam ir além da construção do conhecimento. A fim de responder melhor às necessidades sociais de uma região, elas devem se engajar em um diálogo significativo entre as partes interessadas, tornando-se parte do contexto e contribuindo com sua melhoria. (HOFF; PEREIRA; DE PAULA; 2017)

Para tanto, a discussão acerca das contribuições do ensino superior para os indivíduos e, conseqüentemente, para o desenvolvimento, pode conduzir a elaboração de políticas que fomentem este processo. Sen (2011) destaca que a expansão da educação possui vários papéis no desenvolvimento: influencia a produtividade, contribui para a melhor distribuição da renda nacional entre diferentes pessoas, ajuda na conversão de renda e recursos em diversos funcionamentos e, colabora para a escolha inteligente entre os distintos tipos de vida que uma pessoa pode levar. (SEN, 2010)

Por fim, e em consonância com os autores que compõe o portfólio bibliográfico deste estudo, compreende-se que o ensino superior recebe um papel-chave no desenvolvimento dos indivíduos, favorecendo e estimulando a construção de capacidades para melhorar a condição

humana. Essas capacidades, segundo Sen (2010), podem ser instigadas pela política pública, bem como, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ARBO, Peter; BENNEWORTH, Paul. Understanding the Regional Contribution of Higher Education Institutions: A Literature Review. **OECD Education Working**, Paris: OECD, v. 9, 2007.
- BENNEWORTH, P; NIETH, L. **Universities and regional development in peripheral regions. Universities and regional development in the periphery**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2017.
- BOISIER, S. Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: entre a Caixa-Preta e o Projeto Político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13, p. 111-143, junho. 1996.
- BOSI, A. et al. **A presença da universidade pública**. Disponível em: <[http://www.fisica.uel.br/SBPC\\_LD/unipub.html](http://www.fisica.uel.br/SBPC_LD/unipub.html)>. Acesso em: 11 agosto. 2021.
- BOUCHER, G.; CONWAY, C.; VAN DER MEER, E. Tiers of engagement by universities in their region's development. **Regional studies**, v. 37, n. 9, p. 887-897, 2003.
- BREZNITZ, S. M.; FELDMAN, M. P. The engaged university. **Journal of Technology Transfer**, USA, v. 37, n. 2, p. 139 - 157, 2012.
- CALDARELLI, C. E.; CAMARA, M. R. G. da; PERDIGÃO, C. Instituições de ensino superior e desenvolvimento econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 44, 2015.
- CERVANTES, M. Higher Education Institutions in the Knowledge Triangle. **Foresight and Sti Governance**, v. 11, n. 2 p. 27-42, 2017.
- CHARLES, D. Universities as key knowledge infrastructures in regional innovation systems. **Innovation**, p. 117-130, 2006.
- CHATTERTON, P.; GODDARD, J. The response of higher education institutions to regional needs. **European Journal of Education**, v. 35, n. 4, p. 475-496, 2000.
- CHAVES, L. C. *et al.* Avaliação de desempenho organizacional e gestão de processos: mapeamento do tema. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 101-139, 2017.
- CLARK, B. **Creating Entrepreneurial Universities: Organizational Pathways of Transformation**. New York: Elsevier, 1998.
- COMPAGNUCCI, L.; SPIGARELLI, F. The Third Mission of the university: A systematic literature review on potentials and constraints. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 161, p. 1-30, 2020.
- COOKE, P.; HEIDENREICH, M.; BRACZYK, H. Regional innovation systems: an evolutionary approach. *In*: COOKE, P; HEIDENREICH, M.; BRACZYK, H. (ed.). **Regional innovation systems: the role of governance in a globalized world**. London: Routledge, 2004, p. 1-18.

- CONTERATO, M. A.; FILIPPI, E. E. **Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- DUTRA, A. *et al.* The construction of knowledge from the scientific literature about the theme seaport performance evaluation. **The International Journal of Productivity and Performance Management**, v. 64, p. 243-269, 2015.
- DRUCKER, J.; GOLDSTEIN, H. Assessing the regional economic development impacts of universities: A review of current approaches. **International Regional Science Review**, v. 30, p. 20-46, 2007.
- ENSSLIN, L. *et al.* Seaport-performance tools: an analysis of the international literature. **Maritime Economics & Logistics**, v. 20, p. 587-602, 2018.
- ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university-industry-government relations. **Research Policy**, n. 29, p. 109-123, 2000.
- ETZKOWITZ, H. The Entrepreneurial University Wave: From Ivory Tower to Global Economic Engine. **Industry and Higher Education**, v. 28, n. 4, 223–232, 2014.
- GARLICK, S. **Creative associations in special places**: Enhancing the role of universities in building competitive regional economies. Austrália: Canberra, 1998.
- GIBBONS, Michael *et al.* **The new production of knowledge**: the dynamics of science and research in contemporary societies. Londres: Sage, 1994.
- GOLDSTEIN, H. A.; GLASER, K. Research universities as actors in the governance of local and regional development. **Journal of Technology Transfer**, v. 37, p. 158-174, 2012.
- GUNASEKARA, C. Reframing the Role of Universities in the Development of Regional Innovation Systems. **The Journal of Technology Transfer**, v. 31, p. 101-113, 2006.
- HARRISON, J.; TUROK, I. Universities, knowledge and regional development. **Regional Studies**, v. 51, p. 977-981, 2017.
- HOFF, D. N.; PEREIRA, C. A.; DE PAULA, L. G. N. O impacto da universidade pública no desenvolvimento regional a luz da literatura internacional. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), Santa Cruz do Sul, v.22, n.1, p. 510-527, 2016.
- KARLSEN, J. When regional development becomes an institutional responsibility for universities: The need for a discussion about knowledge construction in relation to universities' third role. **AI and Society**, p. 500-510, 2005.
- KEANE, J.; ALLISON, J. The Intersection of the Learning Region and local and Regional Economic Development: Analysing the Role of Higher Education. **Regional Studies**, v. 33, p. 896-902, 1999.
- LACERDA, R. T. O.; ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. R. Uma análise bibliométrica da literatura sobre estratégia e avaliação de desempenho. **Gestão & Produção** (UFSCAR. Impresso), v. 19, p. 59-78, 2012.
- MARQUES, P. *et al.* Spaces of novelty: Can universities play a catalytic role in less developed regions?, **Science and Public Policy**, v. 46, n. 5, p. 763-771, 2019.
- NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

NOWOTNY, H.; SCOTT, P.; GIBBONS, M. **Re-thinking science: knowledge and the public in an age of uncertainty**. London: Polity Press, 2001.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Relatório da participação do estado do Paraná no projeto OCDE: apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional**. Curitiba: OCDE, ago. 2007.

PINHEIRO, R. Knowledge and the ‘Europe of the regions’: The case of the High North. In **National Higher Education Reforms in a European Context: Comparative Reflections on Poland and Norway**. Peter Lang Publishing Group, p. 179-208, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **A ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SMITH, H. L.; BAGCHI-SEN, S. The research university, entrepreneurship and regional development: Research propositions and current evidence. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 24, n. 5/6, p. 383-404, 2012.

TRIPPL, M.; SINOZIC, T.; LAWTON SMITH, H. The Role of Universities in Regional Development: Conceptual Models and Policy Institutions in the UK, Sweden and Austria. **European Planning Studies**, p. 1722 - 1740, 2015.

UYARRA, E. Conceptualizing the regional roles of universities, implications and contradictions. **European Planning Studies**, v. 18, n. 8, p. 1227-1246, 2010.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antônio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VEIGA, J. E. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: SENAC, 2010.

XAVIER, T. R. *et al.* O estudo do desenvolvimento regional: uma análise da produção científica internacional e dos “hot-topics”. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, SP, v. 29, n. 87, p. 19-31, set./dez. 2013.

YOUTIE, J.; SHAPIRA, P. Building an innovation hub: A case study of the transformation of university roles in regional technological and economic development, **Research Policy**, v. 37, n. 8, p. 1188-1204, 2008.

WALKER, M. A human development and capabilities ‘prospective analysis’ of global higher education policy. **Journal of Education Policy**, v. 25, n. 4, p. 485-501, 2010.

WALKER, M. Dimensions of higher education and the public good in South Africa. **Higher Education**, v. 76, p. 555–569, 2018.